

9 de agosto é Dia Nacional de Luta com paralisação por 24 horas

Plano de carreira, concurso público e reajuste salarial são algumas das reivindicações da categoria

Em Plenária Nacional da Fenasps, realizada no dia 8 de julho, em Brasília, mais de 140 participantes, entre delegadas(os) e observadoras(es) debateram e aprovaram a paralisação de 24 horas da base da federação no dia 9 de agosto de 2018.

A atividade reivindicará a realização de concurso público, melhores condições de trabalho, plano de carreira e reajuste salarial. A luta contra a terceirização e a privatização dos serviços públicos e a defesa dos direitos de todas(os) trabalhadoras(es) também serão pautas da paralisação.

A plenária, que contou com a participação de representantes da categoria do Espírito Santo, aprovou ainda a discussão nas assembleias estaduais da realização de greve por tempo indeterminado a partir do dia 5 de setembro de 2018.

“O Sindprev-ES já está se mobilizando para a realização da paralisação no dia 9.

O serviço público está sendo duramente atacado, a categoria sofre e a população também. A reforma trabalhista e o congelamento dos investimentos públicos por 20 anos, aprovados no governo Temer, são dois dos principais ataques ao serviço público. Essas duas medidas têm causado sérios prejuízos ao INSS, à Saúde, ao MTE, à Anvisa. E é importante lembrar que muito provavelmente a reforma da previdência voltará à pauta em 2019 com mais força”, reforçou o diretor do Sindprev-ES, Willian Aguiar Martins.

Assembleia

Martins informou que no dia 3 de agosto o Sindprev realizará uma assembleia para discutir com a categoria as ações para a paralisação. “É um momento importante. Vamos



debater também a questão da greve em setembro. Precisamos da participação de toda a categoria nesse momento em que temos que enfrentar esses ataques”, convocou o diretor.

A assembleia será no auditório do Sindicato dos Bancários, localizado na Rua Wilson Freitas, 93, no Centro de Vitória, a partir das 14 horas.

Conjuntura

Durante a plenária da Fenasps foi realizada uma análise de conjuntura que apontou a necessidade urgente da luta contra os ataques ao serviço público.

“No momento atual sofremos um dos ataques mais agressivos desferidos pelos capitalistas contra a classe trabalhadora, com acelerado desmonte dos serviços públicos e congelamento dos investimentos e gastos sociais por 20 anos. Uma descon-

strução total dos direitos trabalhistas, previdenciários e sociais que já vinham sendo destruídos. Nesse cenário, o conjunto dos(as) trabalhadores(as) delegados(as) e observadores(as) presentes na plenária nacional da FENASPS aprovou diversas resoluções na defesa das políticas e serviços públicos, melhores condições de trabalho e contra a terceirização, privatização, precarização e superexploração do trabalho e redução do Estado”, apontou Martins.

Para o diretor do Sindprev-ES, os serviços públicos vivenciam alterações drásticas nos processos de trabalho com a implantação de novas tecnologias, sem discussão com as diversas categorias. Essas alterações impactam na saúde das(os) servidoras(es), bem como dificultam o acesso da população usuária aos direitos fundamentais.

2 Confira o edital da assembleia de prestação de contas do Sindprev-ES

3 Seminários do MTE, Seguro e Seguridade Social aprovam ações para luta

4 Fenasps participa de audiência pública no Senado e cobra soluções para a Geap

ELEIÇÕES: Mais uma vez, Chapa da Oposição dá prejuízo à categoria e Sindprev-ES ganha na Justiça

Categoria deve ficar atenta a manobras que buscam tumultuar o trabalho do sindicato e geram despesas para a entidade

No dia 26 de junho de 2018, a justiça decidiu: não houve qualquer mácula no processo eleitoral para a escolha da direção do Sindprev-ES, realizado em 2017. A decisão da juíza do trabalho Germana de Morelo ainda reforça que o sindicato seguiu à risca o estatuto.

A decisão da Justiça não causa surpresa. Afinal, quem acompanhou o processo eleitoral sabe que houve transparência e que o estatuto da entidade foi respeitado.

Mas a questão não acaba assim, simplesmente. A categoria deve se perguntar: por que um mesmo grupo sempre quer tumultuar as eleições do Sindprev-ES?

É importante lembrar que devido a ações movidas por esse grupo, a eleição

foi suspensa. O sindicato foi fechado.

O objetivo é tumultuar. Confundir a categoria para tentar ganhar no tapetão.

Gastos

Outro ponto que deve ser levado em conta pela categoria são os gastos que o Sindprev-ES tem com esses tumultos causados deliberadamente. Esse grupo entra com ações na justiça contra o sindicato e nem comparece nas audiências.

Foi o que aconteceu. Deram entrada numa ação e não compareceram à audiência na justiça. E depois ainda deram entrada numa nova ação.

A própria juíza ressaltou na sua decisão que o reclamante deixou arquivar a reclamação trabalhista por se ausentar

na data da audiência, sem justificativa.

Mas tudo isso gera gastos. Como em qualquer processo, o Sindprev precisa constituir advogado. Deslocar diretores para acompanhar as audiências na justiça e tudo mais. E quem paga tudo isso é a categoria.

Além disso, esse trabalho toma tempo da direção, dos advogados e dos funcionários e funcionárias do sindicato, que poderiam estar atuando em ações realmente importantes para a categoria.

Solicitamos que a categoria fique atenta a essas manobras e reconheça quem realmente tem compromisso com a luta sindical, defende os seus direitos e o sindicato que lhe representa.

Primeiro porque a referida ação foi arquivada em 24.07.2017, em razão da ausência injustificada do reclamante a audiência (art. 844 da CLT). Consequentemente, não mais subsiste a eficácia da tutela deferida, de modo que o autor não pode agora, em uma nova ação, requerer a declaração de nulidade do processo eleitoral por descumprimento de decisão liminar proferida em processo para o qual deu causa ao arquivamento.

Não cabe ao Estado Juiz intervir no processo eleitoral da categoria quando não se apresenta caracterizada, até este momento, nenhuma violação capaz de macular de arbitrariedade ou de corrupção, os atos da Comissão Eleitoral. Ao revés, as imagens revelam clima de cordialidade e respeito entre todos os envolvidos nesse processo, mesmo porque todos são integrantes da mesma categoria." (RT 0000955-15.2017.5.17.0009 - ID. 265d2a5).

Não se vislumbra, como se depreende dos documentos anexados aos autos e acima identificados, inclusive com a verificação em todos as imagens acauteladas, nenhum tumulto ou sequer vislumbre de qualquer mácula no processo eleitoral do SINDPREV que vem seguindo à risca o Estatuto, norma máxima da entidade que deve reger o processo eleitoral, inclusive por não violarem o regimento constitucional.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho e Previdência Social no Estado do Espírito Santo – SINDPREV/ES, em conformidade com as determinações estatutárias CONVOCA todos os associados e associadas para **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA** que se realizará dia 03 de agosto de 2018, às 13 horas, em primeira convocação, e às 13:30 horas em segunda convocação, obedecidos os quoruns estatutários, no Auditório do Sindicato dos Bancários situado na Rua Wilson de Freitas nº 93, Centro, Vitória, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

- 1º) Informes
- 2º) Apreciação e Aprovação do balanço financeiro e do balanço patrimonial do SINDPREV/ES, relativo ao exercício 2017.
- 3º) Encaminhamentos

Vitória/ES, 30 de julho de 2018
Diretoria Executiva do SINDPREV/ES



Informativo do Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho e Previdência Social no Estado do Espírito Santo (SINDPREV-ES) | Edição: Diretoria do Sindprev-ES
Diagramação: Nova Pauta Comunicação | Edição Nº 231

ENDEREÇO: Rua Barão de Monjardim, 190, Centro – Vitória - ES. CEP: 29.010-390 - Tels: (27) 2121-2600 - 2121-2613 | www.sindprev-es.org.br | organizacao@sindprev-es.org.br
O conteúdo dos textos publicados neste informativo é de inteira responsabilidade da diretoria executiva do Sindprev-ES. E os artigos assinados, responsabilidade dos seus autores.

MTE : Seminário nacional debate condições de trabalho

Atividade também aprovou posição contrária à Lei 13.667/2018, considerada uma forma de terceirização das atividades inerentes ao MTE

Nos dias 6 e 7 de julho aconteceu o Seminário Nacional Conjunto das(os) servidoras(es) do Ministério do Trabalho (MTE). Representantes da Fenasps, Condsef/Fenadsef, CNTSS e Sinait participaram. O diretor do Sindprev-ES Carlos Domingos Costa marcou presença na atividade.

“A atividade expôs o desmonte do serviço público e as más condições de trabalho a que a categoria está exposta diariamente. O Sindprev-ES deu informes sobre as atividades do sindicato, relatando que muitos servidores estão com problemas de saúde, especialmente com depressão. E outros Estados também estão detectando esse problema nas suas bases”, ressaltou Costa.

Ele destacou que duas das principais decisões do seminário se referem ao fortalecimento e criação dos grupos permanentes de discussão sobre condições de trabalho (GPCOT). “Precisamos ocupar esses espaços para lutar contra essas más condições de trabalho e o adoecimento da categoria”, orientou.



Seminário definiu ações para a luta

Confira as principais deliberações do seminário

1. Posição contrária ao conteúdo da Lei 13.667/2018 por entendê-la como uma forma de terceirização das atividades inerentes ao MTE. Dessa forma, exigimos a participação dos servidores efetivos do MTE, escolhidos pelos próprios servidores do órgão nos Estados, para participarem do processo de regulamentação da Lei 13.667 para barrar o desmonte do ministério;
2. Os(as) servidores(as) dos Estados devem fazer relatório das condições dos locais de trabalho apresentando os problemas dos mesmos para que os relatórios subsidiem a retomada do GPCOT nacional que tem, dentre outras atribuições, de discutir essas questões;
3. Indicativo para organização de encontros estaduais/regionais do MTE até a primeira quinzena de outubro;
4. Que os cargos de superintendente regional do Trabalho devem ser ocupados por servidores efetivos eleitos nos moldes das eleições para reitores das universidades federais;
5. Criação de grupos estaduais (nos moldes do GPCOT nacional) instituídos por portaria do superintendente para discutir as questões das condições de trabalho no MTE em nível estadual;
6. Diante da reformulação dos regimentos internos das SRTes, gerências e agências, exigimos uma participação efetiva dos servidores neste processo para garantirmos que o órgão não seja esvaziado de suas funções;
7. Elaboração de encontros com os movimentos sociais com o intuito de ouvi-los sobre suas expectativas das reformulações da estrutura do órgão que estamos propondo;
8. Lutar pelo adicional de fronteira para os servidores administrativos que atuam nas cidades estratégicas nos moldes da Portaria nº 458, de 2017, por meio de emenda à Lei 12.855/2013.

Seguridade e Seguro Social

Além do seminário nacional das(os) servidoras(es) do MTE, aconteceram mais dois seminários: da Seguridade Social (Funasa, MS e Ministério da Previdência) e do Seguro Social (INSS). Os diretores do Sindprev-ES Willian Aguiar Martins e Clecineia Cadorini da Silva representaram, respectivamente, a base do Estado em cada uma das atividades. Para mais informações sobre os seminários, acesse o site: www.sindprev-es.org.br.



Diretores Clecineia, Willian e Carlos Domingos na plenária da Fenasps

Fenasps reafirma defesa dos assistidos pelos planos de saúde da Geap

Audiência pública no Senado encaminha a criação de frente parlamentar para tratar dos planos de autogestão em saúde, especialmente da Geap e da Capesaúde

No dia 26 de junho, o Senado Federal realizou uma audiência pública para tratar da situação da Geap.

Representantes da Fenasps participaram e cobraram soluções para a situação do plano. Foi encaminhada a criação de frente parlamentar para tratar dos planos de autogestão em saúde, especialmente da Geap e da Capesaúde. A federação e os sindicatos filiados farão contatos com deputados e senadores visando angariar assinaturas para a criação dessa frente.

Ao final da audiência, os representantes da Fenasps foram convidados pelo senador Lindbergh Farias (PT), a realizar uma reunião em seu gabinete. O parlamentar afirmou que envidará esforços para cobrar da Geap uma auditoria independente em suas contas, tornando-as públicas. O parlamentar também afirmou que, com a abertura da Frente Parlamentar, poderá ainda requisitar a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI). Caso isso não aconteça, o parlamentar solicitará intervenção do Tribunal de Contas da União (TCU) no caso.

Aumentos abusivos

Após as denúncias veiculadas na mídia e as ações na justiça, a Geap continua repassando aos beneficiários uma série de aumentos abusivos: 37,55% em 2016, 23,44% em 2017 e 19,94% neste ano, reajustes estes sobrepostos.

Já os reajustes salariais para os servidores da base da Fenasps no mesmo período acumularam apenas cerca de 10%.

Esses reajustes abusivos, aliados à perda de rede credenciada, dificuldade de atendimento e completa falta de perspectiva de melhora, têm feito com que milhares de beneficiários da Geap tenham que fazer, muitas vezes, uma dura escolha: comer ou manter os planos de saúde em dia.



Foto: FENASPS

Fenasps denunciou os problemas da Geap no Senado, em Brasília

De 2016 para cá, por falta de condições de pagar as mensalidades, a GEAP saiu de uma carteira de 600 mil vidas para 448 mil atualmente. Uma perda de 150 mil beneficiários em apenas dois anos.

Na audiência, a assessora jurídica da Fenasps, Paula Ávila Poli, argumentou que as autogestões são compostas de duas partes, beneficiários e patrocinadoras, e sendo esta ineficiente em participar efetivamente desta autogestão, a conta sempre ficará sobre responsabilidade dos beneficiários.

Poli informou que a parte patronal representa em média apenas cerca de 13% do custeio das despesas da Geap, bem como da Capesaúde. A isonomia no custeio da Geap, isto é, o aumento da parte patronal para 50%, uma das reivindicações da Fenasps, é uma das saídas para manutenção dos planos de saúde da Geap e da Capesaúde.

CULPA DOS REAJUSTES ABUSIVOS NÃO É DAS LIMINARES E SIM DE INGERÊNCIA POLÍTICA

Poli acrescentou que o último reajuste da per capita patronal foi em 2016, depois de vários anos sem qualquer aumento desta participação. “A Geap tem seguido a linha de que são as liminares impetradas pelas entidades sindicais contra os aumentos que são as culpadas pelos altos reajustes, mas isso não é verdade”, apontou.

Ela lembrou que nos últimos três anos os reajustes foram aprovados mesmo com votos contrários dos representantes dos trabalhadores. “Os reajustes foram levados adiante pelo governo, que tem o voto de minerva nos conselhos da Geap. Se os servidores, que pagam 85% do plano, não conseguem decidir o percentual de reajuste, isso não é uma autogestão, é apenas uma fachada”, concluiu.

Segundo Poli, as denúncias de fraudes em contratos milionários feitos pela Geap, dentre outros desvios de verba e finalidade, mostram que o problema é ingerência política. “É preciso que o TCU intervenha nas contas da Geap para dar luz e transparência para os beneficiários, dando-lhes a assistência à saúde que lhes é de direito”.

FALTA DE DIÁLOGO: ACORDO SOBRE LIMINARES ESTÁ EMPERRADO DESDE MAIO

Se administrativamente as negociações com a Geap não têm avançado, pela via judicial os trabalhadores têm enxergado um beco sem saída.

Isso porque o Superior Tribunal de Justiça (STJ) editou a súmula 608. Ela prevê que os beneficiários dos planos de saúde de autogestão não podem ser defendidos por meio do Código de Defesa do Consumidor, já que, segundo o tribunal, os assistidos, tendo assento no conselho de administração, podem decidir sobre os reajustes. Mas, na prática, com o voto de minerva ficando sempre com o governo, isso não ocorre na Geap.

A diretora da Fenasps Cleuza Faustino salientou que as dificuldades da Geap são, de fato, de governança e gestão. Ela ainda ratificou a reivindicação histórica da Fenasps de necessidade de paridade do per capita patronal com a contribuição dos beneficiários.

Acesse o site www.sindprev-es.org.br e confira o vídeo da audiência pública.